

Análise documental e representação da informação: aportes  
teóricos à utilização simultânea visando a recuperação da  
informação em Arquivos

Wendia Oliveira de Andrade  
Dulce Amélia de Brito Neves

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

ANDRADE, W. O., and NEVES, D. A. B. Análise documental e representação da informação: aportes teóricos à utilização simultânea visando a recuperação da informação em Arquivos. In.: FUJITA, M. S. L., NEVES, D. A. B., and DAL'EVEDOVE, P. R., eds. *Leitura documentária: estudos avançados para a indexação* [online]. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017, pp. 93-112. ISBN: 978-85-7983-917-7. Available from: <http://books.scielo.org/id/3pk5m>. <https://doi.org/10.36311/2017.978-85-7983-917-7.p93-112>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

# ANÁLISE DOCUMENTAL E REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO: APORTES TEÓRICOS À UTILIZAÇÃO SIMULTÂNEA VISANDO A RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM ARQUIVOS

*Wendia Oliveira de Andrade*  
*Dulce Amélia de Brito Neves*

## 1 INTRODUÇÃO

No processo de organização da informação, temos o desenvolvimento de atividades e processos técnicos que irão culminar no acesso e uso por parte dos usuários, sejam eles internos ou externos à instituição na qual se encontra o arquivo, a biblioteca, o museu, ou qualquer unidade informacional que seja passível a busca de informações.

Ao longo desse processo informacional (organização, descrição, análise, representação e classificação), indagamos se existe um momento ímpar quando consideramos a efetiva recuperação da informação e, conseqüentemente, o atendimento à necessidade apresentada pelo usuário quando há uma lacuna (DERVIN et al., 2011) ou problema informacional (GROGAN, 2001).

Qual o momento que merece maior atenção no desenvolvimento das atividades ao lidar com o documento, seja ele impresso ou digital,

quando pensamos no momento de busca e recuperação documental e informacional por parte do usuário?

Da chegada do documento à unidade informacional e, por conseguinte, até seu usuário, temos um longo caminho de processos técnicos que, ao contrário do que se supõe, envolvem o desenvolvimento de tarefas minuciosas que exigem do profissional da informação<sup>1</sup> muito mais do que conhecimento operacional, pois o documento tem toda uma organicidade que não pode e nem deve ser desconsiderada ao longo desse caminhar dentro da unidade informacional. Aqui objetivamos refletir sobre o arquivo e seu documento, e as atividades que procuram analisar, representar e possibilitar sua recuperação.

O documento de arquivo é criado para atender determinado objetivo, seja ele administrativo, jurídico ou testemunhal. Além disso, esse documento tem em sua essência um caráter de prova, comprovação ou mesmo a representação do cumprimento de um ato, assim Bellotto (2008) nos apresenta a definição de documento de arquivo no contexto diplomático e a importância do Arquivo como unidade mantenedora de documentos tão importantes.

Essa perspectiva corrobora a importância da análise documental, relacionando-a com a diplomática arquivística, buscando elementos que comprovem a veracidade daquele documento ou, nas palavras da autora, a “comprovação de autenticidade” (BELLOTTO, 2008, p. 4). Sobre o formato, Camargo (2015, p. 16) destaca que “os documentos de arquivo são, por excelência, do gênero textual, ou seja, utilizam linguagem escrita para viabilizar certas ações e, a *posteriori*, para provar que essas mesmas ações se realizaram.”

Schellenberg (2006, p. 41, grifo nosso) em sua definição clássica de documento de arquivo também ressalta o valor probatório quando afirma que:

[...] no exercício de seus encargos legais ou em função das suas atividades e preservados ou depositados para preservação por aquela entidade ou por seus legítimos sucessores **como prova de suas funções, sua política, decisões, métodos, operações ou outras atividades, ou em virtude do valor informativo dos dados neles contidos.**

---

<sup>1</sup> Optamos por chamar de maneira mais genérica todos os profissionais inseridos nas unidades informacionais, em especial nos Arquivos, por compreender que, ainda no momento atual, temos a presença de bibliotecários, historiadores entre outros que não possuem a formação acadêmica em Arquivologia, não podendo chamá-los de arquivistas no sentido restrito da palavra, apesar de considerarmos muito sua experiência e contribuição para a área.

Nesse sentido, compreendemos que os documentos de arquivo possuem elementos que não podem ser desconsiderados quando analisados e representados, visando a sua recuperação futura, pois essas informações além de dar significação, apresentam valor informativo-comprobatório, mostrando que o documento de arquivo, além da forma, conteúdo ou suporte que se apresente, tem em seu teor informacional, elementos que, em determinado momento, fizeram-no ser essencial para corroborar um ato/ação no seu percurso de vida documental (valor primário).

Voltando nossa discussão especificamente ao contexto arquivístico na busca pela informação pelo usuário interno ou externo<sup>2</sup> (ANDRADE, 2014), temos vários aspectos que poderão incorrer em sucesso ou fracasso para a efetiva recuperação da informação arquivística. Dentre os fatores de sucesso, destacamos como imprescindíveis: a análise documental e a representação da informação.

Todas as informações contidas no documento são essenciais para que possamos compreender melhor o contexto documental e, dessa forma, melhor analisá-lo e representá-lo, tanto nos aspectos explorados pela análise diplomática e tipológica quanto na representação descritiva e temática do documento a ser estudado.

Em certos aspectos, são símiles a análise e a representação, pois tratam de descrever ao máximo o documento de arquivo, observando desde suas características físicas até o conteúdo informacional, passando pela espécie, tipo, fundo, gênero, entre outros elementos que consideramos essenciais.

Devido à similaridade discricional em ambas as atividades, análise e representação, objetivamos aqui refletir, mesmo que teoricamente, sobre o que em essência apresentam essas teorias. Será que ambas podem ser utilizadas simultaneamente ao trabalhar com o documento de arquivo? Será que tratam da mesma coisa com nomenclatura distinta, ou apresentam pontos diferenciados que podem e/ou devem ser trabalhados em consonância?

---

<sup>2</sup> Podemos dizer que os usuários internos são aquelas pessoas que trabalham na mesma entidade mantenedora do arquivo. Eles conhecem a rotina administrativa, a documentação e todas as suas partes, sem necessariamente precisarem conhecer a rotina do Arquivo como unidade informacional, mas conhecem o documento e sabem que ele pertence à mesma instituição que ele. Por usuário externo, compreendemos aquele sujeito que não está vinculado à instituição, nem administrativa nem metodologicamente, ou seja, não existe nenhum tipo de contato com a unidade gestora que responda pela unidade informacional. Aqui entram os pesquisadores de maneira geral e os cidadãos comuns. (ANDRADE, 2014).

A partir de tais questionamentos, refletimos sobre alguns trabalhos que apresentam ideias fundamentais sobre diplomática e sobre análise documental com suas variantes diplomática e tipológica, especialmente o trabalho de Bellotto (2008) e de Duranti (2015). No tocante à indexação ou representação da informação (temática e descritiva), citamos Lancaster (2004), Maiomone, Silveira e Tálamo (2011), Fujita (2009; 2003) entre outros.

Compreendemos a existência de excelentes trabalhos a respeito da temática escolhida para dissertar, entretanto, escolhemos aqueles que, de acordo com nossa perspectiva, apresentam conceitos e definições mais claras e completas, o que nos permitiu uma melhor reflexão para o desenvolvimento de um estudo ao qual se pretende relacionar duas temáticas que têm pontos convergentes e divergentes (análise documental e a representação da informação) com objetivo comum: **a recuperação da informação para o usuário de arquivo**, seja ele interno ou externo.

## 2 ANÁLISES DIPLOMÁTICA E TIPOLOGICA

Analisar um documento, assim como representá-lo, não é tarefa somente objetiva ou descritiva, mas investigativa. Ao seguirmos os preceitos básicos para a recuperação da informação, estamos considerando o aspecto físico (o suporte) e também elementos subjetivos no que se refere ao seu conteúdo informacional (representação).

Ao adentrarmos no universo diplomático<sup>3</sup> e começamos a analisar a relação entre **matéria** e **conteúdo**, **suporte** e **informação**, assim como os **elementos externos** e **elementos internos** (BELLOTTO, 2008) **forma física** e **forma intelectual**<sup>4</sup> (DURANTI, 2015), notamos que não é algo simples de ser observado, pois a estrutura física nos apresenta elementos que necessitam de descrição e até mesmo de investigação, assim como o teor informacional do documento.

<sup>3</sup> Com base nas discussões de Bellotto (2008), podemos entender que a Diplomática no contexto arquivístico é olhar para o aspecto formal do documento, considerando seus produtores e sua finalidade. Considera-se a importância desse documento e toda a conjuntura ao qual ele se insere, desde a unidade informacional, os produtores, o objetivo da criação do documento, a efetivação de sua função, sem deixarmos de observar toda a sua relevância como instrumento de prova.

<sup>4</sup> A diplomática define **forma** como o conjunto das regras de representação utilizadas para enviar uma mensagem, isto é, como as características de um documento que podem ser separadas da determinação dos assuntos, pessoas ou lugares específicos aos quais se referem. A forma documental é tanto física quanto intelectual. (DURANTI, 2015, p. 197).

A análise documentária ou documental pode ser entendida como um campo pertencente à Diplomática Arquivística<sup>5</sup> que trata de todos os aspectos constitutivos do documento de arquivo. Documento esse que apresenta características essenciais de prova, reforçando a ideia de que todo documento de arquivo é criado com fins comprobatórios, e após o cumprimento do ato para o qual foi criado -Bellotto (2008) refere-se ao ato jurídico – seguindo sua rotina administrativa, passando por sua temporalidade em cada idade respectiva (corrente e intermediária) e, por fim, chega à sua destinação final seja a eliminação ou a guarda permanente.

Dentro dessa perspectiva de análise documental, temos a análise diplomática e a análise tipológica que podemos dizer que:

[...] são aplicações práticas dos estudos teóricos e metodológicos da diplomática e da tipologia documental, áreas das ciências sociais documentárias que se concentram, respectivamente, no estudo formal do documento diplomático, quando considerado individualmente, e no estudo das relações com o contexto orgânico de sua produção e atuação dos enunciados do seu conteúdo, quando considerados dentro dos conjuntos lógicos denominados séries arquivísticas. (BELLOTTO, 2008, p. ix).

Com base nessa definição, compreendemos que tanto as análises diplomática quanto a tipológica fazem parte de um mesmo cerne de análise ao documento de arquivo. E tal como foram apresentadas por Bellotto (2008), necessitam, por parte do profissional da informação, de um conhecimento prévio de alguns elementos que constituem a Arquivologia. Com intuito de facilitar os pontos mais importantes a serem observados no documento quando do uso de cada análise, apresentamos os itens descritos pela autora para aplicabilidade das técnicas:

---

<sup>5</sup> A partir do final do século XX, a Diplomática passa a ser dividida em Diplomática histórica e Diplomática Arquivística. Essa última, a partir da década de 80, começa a auxiliar os arquivistas na difícil tarefa de compreender o processo de criação dos documentos contemporâneos. Dessa forma, destaca-se a apropriação do método diplomático pela Arquivística, que passa a vê-lo como uma ferramenta *si ne qua non* para o tratamento da informação no século XXI. (TOGNOLI; GUIMARÃES, 2009, p. 25).

## Quadro 1 – Sequência de identificação documental nas Análises Diplomática e Tipológica

	Identificação Diplomática	Identificação Tipológica
1	Autenticidade relativo à <b>espécie</b> , ao <b>conteúdo</b> e à finalidade	<b>Origem/proveniência</b>
2	<b>Datação</b>	Vinculação à competência e funções da entidade acumuladora
3	<b>Origem/Proveniência</b>	Relação entre <b>espécie</b> e tipo
4	Transmissão/tradição documental	<b>Conteúdo</b>
5	Fixação do Texto	<b>Datação</b>

Fonte: Elaborado com base em Bellotto (2008).

Através de uma simples compilação dos passos elencados por Bellotto (2008), percebemos que existem elementos que estão nos dois tipos de análise documental, tanto na diplomática quanto na tipológica, que é o caso dos itens anteriormente grifados no quadro: **espécie, conteúdo, datação e origem ou proveniência.**

Essa constatação nos remete a muitas coisas importantes, dentre elas a que é o foco do nosso estudo: justamente a indissociação dos dois tipos de análises quando mediante a avaliação documental. Todas as etapas elencadas por Bellotto (2008) são de extrema importância no processo de identificação do documento, objetivando com isso encontrar pontos que venham a convergir com sua proveniência, organicidade, autenticidade e fidedignidade, princípios fundamentais da arquivologia segundo a própria Camargo e Bellotto (1996).

Ainda nessa análise, percebemos quão fortes são os aspectos diplomáticos (ou mesmo formais) exigidos ao documento de arquivo, evidenciando que a Diplomática, mesmo agregando novos valores e técnicas, ainda preserva sua força no tocante à originalidade, no sentido de genuíno e não falsificado, do documento.

Mediante o exposto no quadro 1, encontramos indícios de que ambas as análises podem ser realizadas simultaneamente pelo profissional

da informação, desde que este tenha em mente o que objetiva cada uma delas. Se em ambas encontramos espécie, conteúdo, datação e origem e proveniência, podemos então sugerir que sejam essas as primeiras informações a serem buscadas no processo de análise, assim como a identificação da espécie documental aparecendo nos dois métodos, mas com enfoques distintos.

Na análise diplomática, espécie se relaciona diretamente com autenticidade e, na análise tipológica, a partir da Arquivologia ou da Arquivística como chama Bellotto (2008), relaciona-se com o tipo documental, ou seja, a espécie documental está presente em ambas as análises documentais, entretanto assumindo relações informacionais diferentes em cada uma. No primeiro caso, na diplomática, temos a apresentação de elementos que comprovem que o documento pode ser considerado legítimo, como forma, marcas, assinaturas, carimbos etc. (DURANTI, 2015) e, no segundo caso, temos a proveniência falando mais forte, exigindo um olhar para o produtor do documento e para que fins sejam criados dentro da unidade informacional.

Diferentemente da representação, a análise documental exige do profissional da informação um maior conhecimento arquivístico, já que se refere a termos que são específicos da Arquivologia como espécie, tipo, gênero, fundo, organicidade, proveniência, entre outros que assumem características específicas ao contexto informacional do Arquivo.

Aqui se faz necessário esclarecer nossa compreensão de espécie e tipo<sup>6</sup> na Arquivologia, pois são definições que comumente se confundem ainda mais quando consideramos a possibilidade de se trabalhar a análise e a representação concomitantemente.

Por **espécie** podemos entender a maneira como se apresenta um documento, ou seja, a forma textual que ele tende a ser redigido ou apresentado, respeitando sempre a unidade mantenedora que poderá fornecer um padrão de apresentação; deve conter sempre determinados elementos que o caracterizem como tal, por exemplo: atas, alvarás, atos, contratos, de-

---

<sup>6</sup> Não apenas no tocante à espécie e ao tipo, mas também quanto ao uso de outras terminologias específicas, deparamo-nos com esse problema descritivo na Arquivologia, como exemplifica Rodríguez (2015) sobre tipologia e tipo; além de dissertar a título expositivo sobre a multiplicidade do termo título em vários instrumentos arquivísticos normativos e sua complexidade de identificar a qual “título” se refere à norma: título formal, atribuído, oficial ou sistemático?



clarações etc. Por **tipo**, entendemos a espécie tornando-se específica, pois o documento apresenta certa estrutura, porém, em seu interior documental, há sua designação informacional que o torna único, como alvará de funcionamento, ou uma declaração de rendimentos, entre outros tipos específicos.

Aqui entra em foco a importância do conhecimento prévio da unidade informacional por parte do profissional que está no arquivo, para que, dessa forma, haja uma melhor compreensão das “relações orgânicas entre aquelas atividades entre si, entre elas e os documentos por ela produzidos/acumulados e entre os documentos em si” (BELLOTTO, 2008, p. 73).

Se pudéssemos, então, listar ou mesmo comparar os elementos a serem identificados em cada análise documental, seja ela diplomática ou tipológica, de acordo com o apresentado por Bellotto (2008), já estando de posse do documento e com o arquivo, e tendo feita a primeira identificação documental, teríamos na análise diplomática três momentos:

### **1. Protocolo Inicial:**

Inovação;  
Titulação;  
Direção ou endereço;  
Saudação;

### **2. Na parte Textual:**

Preâmbulo;  
Notificação;  
Exposição;  
Dispositivo;  
Sanção;  
Corroboração ou cláusulas finais.

### 3. Protocolo final:

Subscrição/assinatura;

Datação;

Precação.

No tocante à análise tipológica, apresentam-se dois tipos que compilamos no quadro abaixo:

#### Quadro 2 – Análises Tipológicas a partir da Arquivologia

Análise Tipológica (Arquivistas Municipais de Madri)	Análise Tipológica (Modelo de Louise Gagnon-Arguin)
Tipo: espécie documental + atividade concernente	Tipo: denominação de tipo documental e sua categoria
Código: plano de classificação	Contexto de Criação
Entidade Produtora/Acumuladora	Definição
Atividade	Conteúdo
Destinatário	Condições de Validade
Legislação	Funções
Tramitação	Conservação
Documentos básicos	Autoria Responsável
Ordenação	Documentos Conexos
Conteúdo	Informações Complementares
Vigência	Leis
Prazos	

**Fonte:** Elaborado com base em Bellotto (2008).

Com base no exposto, identificamos que a análise tipológica aproxima-se mais do que comumente encontramos na literatura sobre a representação da informação, não obstante, ela é bastante específica à Arquivologia, pois busca identificar elementos de teor documental e sua relação com a entidade produtora e para que fins o documento foi criado. Assim como Bellotto (2008) ressalta, também compreendemos que os modelos de instrumentos de análise podem ser adaptados e adequados aos arquivos e aos seus documentos. Não há uma regra ou engessamento para realizar as análises, mas um roteiro para o desenvolvimento de tais procedimentos.

Sobre análise diplomática e tipológica, ambas podem ser consideradas complementares, já que uma encarrega-se de identificar elementos estruturais e até mesmo específicos, de forma e a outra se remete aos elementos informacionais do documento junto à entidade mantenedora e ao seu cumprimento de função, respectivamente; cada análise observará elementos que irão auxiliar não somente a identificação e autenticidade documental, mas também sua relação entre forma/conteúdo informacional, o que facilitará o processo representacional temático-descritivo.

### 3 REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA E TEMÁTICA

Como vimos anteriormente, a análise documental, tanto diplomática quanto tipológica, trata de explorar o que Durante (2015) chama de elementos extrínsecos e intrínsecos de forma de um documento de arquivo, buscando identificar elementos descritivos quanto ao suporte e ao conteúdo documental, elementos esses que requerem conhecimento prévio no tocante à Arquivologia, não explorando a informação de maneira mais ampla.

Partindo da premissa de que os elementos extrínsecos são “considerados aqueles que constituem o aspecto do documento e sua aparência externa” e os intrínsecos são “considerados como componentes integrais de sua articulação intelectual: o modo de apresentação do conteúdo do documento ou as partes que determinam **o teor do todo**” (DURANTI, 2015, p. 198-203, grifo nosso), constatamos que, apesar dessa última atividade nos remeter à ideia de “dentro de”, “faz parte” ou “da natureza”, os elementos tratam da forma do documento e não do seu teor informacional. Ou seja, as análises documentais buscam estudar o documento em profundidade arquivística, podendo outros aspectos informacionais, que seriam de grande ajuda na recuperação da informação, serem relegados a um segundo plano.

A leitura documental é feita e são identificados elementos que compõem literalmente o documento. É uma atividade que objetiva descrever o documento, isto é, dissecar item a item para melhor estudá-lo e identificar o máximo de partes possíveis.

Entendemos que as análises diplomática e tipológica são essenciais para um primeiro contato com o documento de arquivo,

explorar e identificar elementos que o compõem e, a partir delas, podermos desenvolver as demais atividades, dentre as quais temos a representação da informação, já que esta busca não somente os aspectos formais e descritivos dos documentos de arquivo.

A representação da informação é uma atividade desenvolvida com fins de recuperação da informação (independentemente do seu usuário ou do suporte documental). Tal representação objetiva identificar de que trata o documento; retirar os principais conceitos e transformá-los em uma linguagem artificial passível de recuperação manual ou informatizada. Lancaster (2004) traz essa ideia sob a nomenclatura de indexação, enfatizando que essa tarefa pode ser realizada em duas etapas conhecidas por análise conceitual e tradução. Fazendo uso do exposto por Lancaster (2004, p. 9-18), análise conceitual “implica decidir do que trata um documento – isto é qual é o seu assunto” e, no tocante à tradução “envolve a conversão da análise conceitual de um documento num determinado conjunto de termos de indexação.”

A análise conceitual é a retirada dos descritores, dos conceitos mais representativos do documento. A tradução seria transformar a linguagem natural, ou seja, a linguagem do autor, em uma linguagem de indexação: concisa, precisa e que em poucos termos represente a informação de tal maneira que seja possível à recuperação.

Para Lancaster (2004), essas etapas são essenciais para uma indexação coerente e com o máximo de representatividade do teor documental. Chama atenção ainda para dispositivos de precisão e indicadores de função, todos os componentes que auxiliam no procedimento de atribuir, em maior ou menor grau, a precisão dos termos para a recuperação da informação.

Para Maiomone, Silveira e Tálamo (2011, p. 28, grifo nosso), a representação da informação:

[...] é um processo que pode utilizar linguagem específica uma vez que possui características próprias e seu principal objetivo é **proporcionar a comunicação entre os documentos e os usuários da informação.**

Sendo um dos seus principais objetivos, disseminar a informação aos usuários que dela necessitem, a representação da informação realizada pelo profissional da informação, precisa estar atento quanto à responsabilidade em tal atividade. “A principal característica do processo de representação da informação é a substituição de uma entidade linguística longa e complexa – o texto do documento – por sua descrição abreviada.” (NOVELLINO, 1996, p. 38).

Representar a informação contida em um documento requer do profissional da informação conhecimento da instituição que mantém o arquivo (estrutura e funcionamento), da essência documental (de que trata e para que fins foi criado o documento) e de a quem se destina o uso (KOBASHI, 1996). A indexação ou representação da informação não ocorre sem a análise documental, principalmente quando tratamos de Arquivos. São etapas de um processo representacional que são trabalhadas de forma tão uníssona que é bem comum pensarmos tratar-se da mesma atividade.

Maiomone, Silveira e Tálamo (2011, p. 28, grifo nosso) chamam atenção para a mudança de nomenclatura de atividades pertencentes à égide da análise conceitual, como a descrição bibliográfica e mesmo a catalogação para “representação descritiva” que “representa as características específicas do documento, denominada descrição bibliográfica, que permite a **individualização do documento.**” Tal definição nos remete à similaridade das atribuições informacionais da análise diplomática, com sua busca por pontos de acesso de um documento de arquivo que o torna de certa forma único ou individualizado, fazendo uso da expressão utilizada pelas autoras.

Já quando partimos para a representação temática, esta irá dar ênfase à “representação dos assuntos dos documentos a fim de aproximá-los, tornando mais fácil a recuperação de materiais relevantes no que dizem respeito a temas semelhantes” (MAIOMONE; SILVEIRA; TÁLAMO, 2011, p. 28). Quando pensamos na representação temática, é o momento no qual podemos fazer uso de instrumentos que auxiliem a recuperação da informação como unitermos e tesouros, que só podem ser construídos após uma descrição documental e uma análise prévia, identificando assim os elementos mais expressivos daquele documento e como estes podem relacionar-se entre si.

Tanto a representação descritiva quanto a representação temática apresentam elementos que se complementam, assim como a análise diplomática e tipológica. Entretanto, no caso da representação, é muito provável que não se logre êxito se o profissional da informação tentar começar seu trabalho pela temática ao invés da descritiva.

No caso das análises documentais, compreendemos que estas podem ser feitas simultaneamente ou a escolha de uma não irá interferir no desempenho da outra. No caso específico da representação, o mesmo não acontece, pois a representação descritiva torna-se a base para o passo seguinte, a representação temática, pois a representação descritiva torna-se exploratória para com o documento, possibilitando desenvolver a seguir um aprofundamento da informação documental já trabalhada (com descritores, classificação e organização já realizados).

#### 4 ANÁLISES E REPRESENTAÇÕES: COMO FAZER USO?

Após refletimos sobre essas duas atividades e também após a execução delas no contexto arquivístico, compreendemos que são atividades distintas com tronco comum: a recuperação da informação e o atendimento ao usuário da informação.

A análise tanto diplomática quanto tipológica são técnicas mais específicas do que a representação, pois elas falam diretamente aos arquivistas e supõem implicitamente um conhecimento prévio da Arquivologia, traz em seu cerne a história da diplomática e a importância da fidedignidade documental, além de sempre defender o documento de arquivo como um documento criado para provar, testemunhar ou corroborar algo. Tais efeitos chamam ainda mais a responsabilidade de se buscar elementos que confirmem a autenticidade documental.

Segundo Rodriguez (2015, p. 174), é preciso estar atentos ao realizar as análises, pois:

A sequência de ações definida para a identificação diplomática e a identificação tipológica constitui elemento fundamental de análise e sua comparação permite evidenciar a diferença da abordagem própria de cada método. É possível perceber que diversos dos elementos constantes na identificação diplomática repetem-se na identificação tipológica, consistindo a principal diferença a ordem de procedimentos adotados para a análise documental.

O processo de análise está repleto de elementos que são específicos no tocante à Arquivologia como vimos em Bellotto (2008): espécie, tipo, entidade produtora ou acumuladora, a legislação que subsidiou a criação do documento, o estado de conservação entre outros aspectos. Já quando pensamos na representação da informação, temos recursos como a análise conceitual e a tradução, e também a elaboração de vocabulários controlados que auxiliariam no processo de busca por uma linguagem mais específica do documento.

Assim, como fazer uso das duas técnicas?

Como estamos dentro de uma perspectiva arquivística, já temos nosso ponto de partida, uma vez que diferente do que comumente encontramos na Biblioteconomia, cada documento de arquivo possui sua individualidade<sup>7</sup>. Por mais que apresente semelhanças de espécie e tipo (BELLOTTO, 2008), é preciso primeiramente conhecer a entidade mantenedora do Arquivo. Isso nos dará muitas informações e indícios do teor dos documentos produzidos e recebidos por ela.

Quando, mediante o arquivo e seu contato direto com a documentação, a leitura é indispensável, obviamente existem arquivos que não permitem uma leitura mais aprofundada da documentação. Por isso mesmo, dá-se a análise conceitual ou de assunto, ou seja, a retirada dos principais conceitos do documento (**representação descritiva**) e concomitantemente a identificação arquivística de elementos que identificam o documento, em seus elementos extrínsecos (DURANTI, 2015) realizando assim a **análise diplomática** do documento.

Nesse sentido, Fujita et al. (2009, p.122) complementa que

O processo de representação é dependente da etapa de análise de assunto por meio da identificação e seleção de conceitos, com vistas à “tradução” desses conceitos identificados e selecionados por meio de termos constituintes de uma linguagem documentária. O processo de representação mediante linguagem documentária conduzirá o bibliotecário indexador à escolha dos termos correspondentes à especificidade e exaustividade da linguagem possui e, conseqüentemente, à especificidade e exaustividade do sistema.

---

<sup>7</sup> Duranti (2015, p. 197) assevera que “[...] apesar das diferenças quanto à origem, procedência ou data, todos os documentos apresentam formas bastante semelhantes para possibilitar a concepção de uma forma documental típica, ideal, mais regular e completa, com o propósito de examinar todos os seus elementos.”

Feita essa identificação primeira, unindo a representação descritiva e a análise diplomática, temos a base informacional para realizar as demais atividades como corrobora Bellotto (2008, p. 30, grifo nosso):

O entendimento da análise diplomática tem, entre outras vantagens, facilitara elaboração de resumos de documentos, uma vez que o documentalista, conhecendo-a, há de realizar uma leitura documental mais segura. Ademais, esse procedimento é pré-requisito para o da análise tipológica, embora ela possa ser feita independentemente. Aliás, a análise tipológica pode tornar eficiente o fazer arquivístico em múltiplos aspectos, como a **avaliação, classificação e descrição**.

Dando prosseguimento ao trabalho de análise e representação para com o documento de arquivo, seguimos para a análise tipológica que, como apresentada por Bellotto (2008), pode ser adequada ao documento a ser trabalhado. A autora apresenta dois modelos de **análise tipológica** dos *Archiveros Municipales de Madrid* e da Gagnon-Arguin, os quais qualquer profissional da informação pode ter como parâmetro e criar seu próprio modelo a ser preenchido, adequando à realidade da sua unidade informacional e do seu fundo documental.

Ao longo de todo este trabalho, não deixamos de pensar na complexidade enfrentada pelo profissional da informação na busca por conceitos ou ideias que representem o teor documental, pois, sem dúvida, é um trabalho que exige dele não apenas objetividade, mas muita coerência ao desenvolvê-las, como Fujita (2003, p. 71) bem descreve:

[...] no momento em que o indexador está lendo e procurando identificar e selecionar conceitos para a determinação do assunto do documento, está objetivando encontrar o assunto que lhe é familiar devido à sua prática de indexação e também definir o que pode interessar ao usuário do sistema de informação.

Lancaster (2004, p. 17) chama-nos a atenção para a melhor maneira de se representar a informação visando a sua recuperação. O autor faz então a seguinte explanação: “Se aceitarmos que a indexação é mais eficiente quando se orienta para a necessidade de determinados grupos de usuários, a função do indexador será prever os tipos de pedidos para os quais determinado documento será [...] útil.”



Não obstante, Lancaster (2004) chama a atenção para o fato de que não é tão simplista o objetivo da indexação ou representação da informação, pois além de propiciar meios para que o usuário obtenha a informação que busca e saber de que trata o documento, tem a questão de como alimentar de forma correta o sistema de recuperação da informação que fará toda a diferença no sucesso ou fracasso na busca informacional. O autor ainda relata que o uso de uma linguagem muito específica para representar determinados documentos talvez não seja a melhor opção para a sua recuperação, por isso entendemos que as análises diplomática e tipológica sejam de extrema importância. Mas se forem únicas utilizadas para descrever um documento visando a sua recuperação futura, provavelmente apenas os usuários que dominam a linguagem específica da Arquivologia irão efetivamente recuperar a informação descrita com base nos conceitos por elas escolhidos nas análises diplomática e tipológica.

Assim, durante a realização conjunta das análises documentais e da representação descritiva, já podemos ter uma visão mais completa e contextualizada do documento, pois já houve uma investigação profunda de vários aspectos, tanto do documento quanto da unidade informacional a qual ele pertence. A partir desse ponto, já se pode pensar na construção de instrumentos elaborados com base na **representação temática**, ou seja, quando já ocorreu uma descrição documental e a escolha dos termos que mais representam o documento.

Esses instrumentos, como unitermos e tesouros, buscam trabalhar os conceitos escolhidos nas etapas anteriores, fazendo uso de uma linguagem específica, visando uma melhor recuperação da informação pelos usuários internos e externos ao arquivo, chegando, assim, ao grande objetivo da representação e da recuperação da informação: possibilitar o acesso e uso.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A descrição documental, sua análise e sua representação são elementos de grande importância quando pensamos na recuperação e uso da informação no contexto dos arquivos e de outras unidades informacionais.

Na literatura, encontramos normas que auxiliam o processo descritivo dos documentos de arquivo, mas sempre chamando a atenção para

o contexto no qual o documento está inserido. A norma internacional de descrição arquivística, a ISAD(G), por exemplo, apregoa que o objetivo da descrição arquivística:

[...] é identificar e explicar o contexto e o conteúdo de documentos de arquivo a fim de promover o acesso aos mesmos. Isto é alcançado pela criação de **representações precisas e adequadas e pela organização dessas representações de acordo com modelos predeterminados**. Processos relacionados à descrição podem começar na ou antes da produção dos documentos e continuam durante sua vida. Esses processos permitem instituir controles intelectuais necessários para tornar confiáveis, autênticas, significativas e acessíveis descrições que serão mantidas ao longo do tempo. (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2001, p. 11, grifo nosso).

Com base no exposto na ISAD(G) (2000), especificamente no trecho ao qual demos ênfase, podemos entender as “representações precisas” como as análises diplomática e tipológica, sua organização e sua caracterização como usada representação descritiva e temática. Apesar de as nomenclaturas de tais processos não aparecerem de forma explícita na referida Norma, entendemos o quão importantes são essas atividades analítico-representacionais.

Existem instrumentos como a própria ISAD(G) (2000) e mesmo a Norma Brasileira de descrição arquivística (NOBRADE, 2006) e suas 8 áreas com seus 28 elementos no tocante à descrição, que podem ser utilizadas como ferramentas no mister de desenvolvimento das atividades relativas à descrição documental não apenas no tocante ao suporte, mas também no que refere-se ao seu teor informacional.

Não nos faltam instrumentos para auxiliar o desenvolvimento dessas atividades tão importantes para a futura recuperação, mas o que chamamos a atenção especificamente nesse apontamento é que a análise documental e a representação, mesmo com objetivos similares, não se tratam da mesma coisa. Enquanto a análise acaba por tornar-se exaustiva quanto à forma, à espécie, ao tipo, à procedência, aos elementos gráficos entre outros, a representação em um momento seguinte busca tornar essas informações operacionalizáveis quanto à busca, faz com que todas as informações anteriormente exploradas possam ser selecionadas, organizadas

e até dispostas em um sistema de recuperação, facilitando seu acesso e uso. Não adentramos no aspecto linguístico e terminológico, apesar de entender que ele esteja diretamente ligado à questão descritiva e representativa. Isto porque a complexidade desse aspecto exigiria um estudo com ênfase apenas neste ponto. Como nosso objetivo é de dissertar e refletir sobre o desenvolvimento das atividades em conjunto com a análise documental e com a representação para uma melhor recuperação da informação, não nos dedicamos especificamente à Terminologia.

Tanto as referidas análises quanto a representação da informação no contexto da Arquivologia podem ser realizadas conjuntamente. Sugerimos, para tanto, começar pela análise diplomática, seguida da análise tipológica que dá subsídios para a representação descritiva, e após a obtenção e organização desses elementos, passar à representação temática, ficando a critério do profissional da informação assim como da sua unidade gestora, a criação de instrumentos que auxiliem a recuperação da informação.

O que não pode deixar de ser observado no desenvolvimento dessas atividades é: a entidade que mantém o arquivo; sua dinâmica de funcionamento, para quem ela trabalha e para que fins e, só a partir dessas observações, tanto a análise quanto a representação irão compreender ao máximo o teor informacional dos documentos criados e também recebidos pela instituição. Assim, antes mesmo do desenvolvimento de qualquer atividade no arquivo, voltemo-nos sempre a Capurro (2003) quando nos indaga: informação - para quem?

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, W. O. *Usuários da Informação Jurídica: quem são e como funciona o fluxo informacional no Arquivo da Justiça Federal da Paraíba (JFPB)*. 138 f. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) — Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

BELLOTTO, H. L. *Diplomática e tipologia documental em arquivos*. 2 ed. ver. e ampl. Brasília, DF: Biquet de Lemos/Livros, 2008.

CAMARGO, A. M. A. Sobre as espécies e tipos documentais. In: INSTITUTO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO. *Dar nome aos documentos: da teoria à prática*. São Paulo : Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2015. p. 14-30.

\_\_\_\_\_. ; BELLOTTO, H. L. *Dicionário de Terminologia Arquivística*. São Paulo: Secretaria da Cultura, 1996.

CAPURRO, R. *Epistemologia e Ciência da Informação*. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5, 2003. Belo Horizonte, 2003. Anais eletrônicos... Belo horizonte: ENANCIB, 2003. Apresentação oral. Disponível em: <[http://www.capurro.de/enancib\\_p.htm](http://www.capurro.de/enancib_p.htm)>. Acesso em: 20 nov. 2016.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). *NOBRADE*: Norma brasileira de descrição arquivística. Rio de Janeiro: CONARQ, 2006. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/nobrade.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2012.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. *ISAD(G)*: Norma geral internacional de descrição arquivística. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. 119 p. (Publicações técnicas, 49). Disponível em: <[http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/isad\\_g\\_2001.pdf](http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/isad_g_2001.pdf)>. Acesso em: 20 nov. 2016.

DERVIN, B. et al. *Sense-Making as Methodology for Spirituality Theory, Praxis, Pedagogy, and Research*. In: FIRST GLOBAL CONFERENCE ON SPIRITUALITY IN THE 21ST CENTURY, 1, 2011. Praga, República Checa: Inter-Disciplinary.net, 2011. Disponível em: <<https://www.inter-disciplinary.net/wp-content/uploads/2011/02/Dervin-paper1.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2016.

DURANTI, L. Diplomática: novos usos para uma antiga ciência (Parte v). *Acervo- Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p.196-215, jan./jun. 2015. Disponível em: <<http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/600>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

FUJITA, M. S. L. (Org.) et al. *A indexação de livros: a percepção de catalogadores e usuários de bibliotecas universitárias. Um estudo de observação do contexto sociocognitivo com protocolos verbais [online]*. São Paulo: Editora UNESP; Cultura Acadêmica, 2009.

\_\_\_\_\_. A identificação de conceitos no processo de análise de assunto para indexação. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Campinas, SP, v. 1, n. 1, p. 60-90, dez. 2003. Disponível em: <<http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php/rbci/article/view/287/167>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

GROGAN, D. J. *A prática do service de referência*. Tradução de Antonio Agenor Briquet de Lemos. Brasília, DF: Briquet Lemos/Livros, 2001.

- KOBASHI, N. Y. Análise documentária e representação da informação. *Informare: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação*, v. 2, n. 2, p. 5-27, 1996. Disponível em: <<http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/v/a/3190>>. Acesso em: 25 Nov. 2016.
- LANCASTER, F. W. *Indexação e resumos: teoria e prática*. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.
- MAIMONE, G. D.; SILVEIRA, N. C.; TÁLAMO, M. F. G. M. Reflexões acerca das relações entre representação temática e descritiva. *Inf. & Soc.: Est.*, João Pessoa, v. 21, n. 1, p. 27-35, jan./abr. 2011.
- NOVELLINO, M. S. F. Instrumentos e Metodologia de representação da informação. *Inf. Inf.*, Londrina, v. 1, n. 2, p. 37-45, jul./dez. 1996. Disponível em: <[http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/\\_repositorio/2010/05/pdf\\_0e3cc20139\\_0010458.pdf](http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/_repositorio/2010/05/pdf_0e3cc20139_0010458.pdf)>. Acesso em: 25 nov. 2016.
- RODRIGUEZ, S. M. T. Atribuir nomes a tipos, séries e unidades documentais: dialogando com Mariano Garcia Ruipérez. In: INSTITUTO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO. *Dar nome aos documentos: da teoria à prática*. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2015. p. 158-181.
- SCHELLENBERG, T. R. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. 6. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.
- TOGNOLI, N. B.; GUIMARÃES, J. A. C. A diplomática contemporânea como base metodológica para a organização do conhecimento arquivístico: perspectivas de renovação a partir das idéias de Luciana Duranti. In: CONGRESSO ISKO ESPAÑA. 9., 2009, Valencia. *Anais eletrônicos...* Valencia: Universidad Politécnica de Valencia, 2009. p. 23-35. Disponível em: <[http://www.iskoiberico.org/wp-content/uploads/2014/09/38-47\\_Bolfarini.pdf](http://www.iskoiberico.org/wp-content/uploads/2014/09/38-47_Bolfarini.pdf)>. Acesso em: 14 nov. 2016.